



11º Congresso de Pós-Graduação

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS DE POUCA IDADE NO BRASIL: DA RUA ÀS INSTITUIÇÕES, OS TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO.

Autor(es)

DÉBORA ALICE MACHADO DA SILVA

Orientador(es)

NELSON CARVALHO MARCELLINO

Resumo Simplificado

No Brasil, os processos de colonização e exploração contribuíram para que o “sentimento de infância” se construísse tardiamente no imaginário social. A convivência com a pobreza, com formas de servidão e escravidão, com a falta de escolarização e com as exigências de ingresso no mercado de trabalho contribuiu para que muitas crianças se transformassem, precocemente, em “gente grande”. No entanto, este não é um problema que se restringe a uma determinada classe social, pois, de maneira geral, as crianças são tratadas apenas como “vir a ser”, como projeto a ser forjado por diversas instituições e orientado pela organização de um conjunto de atividades que lhes prepara para os lugares sociais que devem ocupar, como se nada fossem no presente. Este trabalho traz elementos de um dos capítulos da tese de doutorado em desenvolvimento, constituindo-se como revisão bibliográfica realizada a partir das palavras chaves: educação infantil, educação de crianças. Ao considerar as crianças como seres sociais, entendemos que tão importante quanto identificarmos de que forma as dinâmicas sociais repercutiram na mudança do lugar ocupado por elas no sistema de relações de cada época é considerarmos que não são estes os fatores que determinam seu desenvolvimento, cabendo a eles apenas delimitar o campo em que a criança realiza sua existência. Assim, o diálogo com os autores estudados sinaliza a relevância que as condições e os modos concretos de vida têm na construção do horizonte de possibilidades e/ou na imposição de condições para o desenvolvimento de determinadas atividades que forcem as crianças a não viverem a infância que lhes é de direito. Apesar das conquistas em relação aos direitos das crianças, ainda é possível observarmos políticas e ações que enfatizam processos orientados ao adestramento físico e moral, ou ainda, focalizam a criança como “projeto de vida”, furtando-lhes as possibilidades de experimentação do lúdico. Outro aspecto a ser considerado, a partir da modernidade, é a estreita relação entre a crise do sistema econômico e a visibilidade das crianças nas agendas políticas mundiais. A ideia de infância é resignificada repercutindo nas políticas (ou na ausência delas) implementadas em cada época. Mais do que isto, as idealizações da infância têm se constituído como importante recurso político sobre o qual se projetam as “expectativas” do devir das Nações. No Brasil, o deslocamento das crianças das ruas (uma vez que a educação era privilégio das classes abastadas) para as instituições, se deu por meio de ações de caráter jurídico-policial e/ou assistencialista com o propósito de tirá-las do espaço público e regenerá-las. Mais tarde, a educação das crianças ganha uma dimensão sanitária, cujo objetivo era evitar os vícios e a proliferação da criminalidade. As reflexões propostas neste trabalho buscam compreender as relações entre infância e poder, explicitando elementos que auxiliam na identificação de determinadas ações políticas recorrentes na história brasileira (e mundial). Além disso, apontam possibilidades para o enfrentamento e a superação do fato histórico de que as crianças têm se constituído muito mais como um problema (ou como esperança) para os políticos do que, efetivamente, como cidadãos, ou seja, como sujeitos de direitos.